



DOI: <https://doi.org/10.51359/2238-8052.2026.264882>

Artigo submetido em 13/11/2024, aceito em 14/12/2025

A pandemia do Covid-19 e a (re)existência dos movimentos socioespaciais no Território de Identidade do Sisal

The Covid-19 pandemic and the (re)existence of socio-spatial movements in the Sisal Identity Territory

Paula Silva Santana¹

¹Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
e-mail: ps151143@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7903-6150>

Edinusia Moreira Carneiro Santos²

²Professora Titular da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
e-mail: nusia@uefs.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3396-0211>

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar o papel das redes sociais virtuais, no contexto da pandemia do Covid-19, para a (re) existência dos espaços políticos ocupados e/ou produzidos por movimentos socioespaciais no Território de Identidade do Sisal na Bahia. Para tanto, realizamos pesquisas bibliográficas, análise documental, observação de eventos, aplicação de formulário aos/às associados(as) e entrevista com representantes dos movimentos socioespaciais integrantes do estudo. Os dados coletados evidenciaram que as redes sociais virtuais significaram a principal forma de sociabilidade dos movimentos socioespaciais durante o contexto da pandemia e a intensificação do uso da rede de comunicação mundial durante o referido período revelaram as relações de exclusão e desinformação, mas também o potencial inclusivo e orientador das redes sociais virtuais.

Palavras-chave: movimentos socioespaciais, redes sociais virtuais, território de identidade do Sisal.

Abstract

The goal of this article is to analyze the role of virtual social networks in the context of Covid-19 pandemic, for the re(existence) of political spaces occupied and/or produced by social movements in the Sisal Identity Territory in Bahia. For that, we carried out bibliography researches, documentary analysis, events observation, application of form to the affiliates and interviews with representatives from the social movements that integrate the study. The data collected pointed out that the virtual social networks represented the main way of sociability from social movements during the pandemic and the intensification of the world communication network during the mentioned period showed the exclusion and misinformation relations, but also the inclusive and guiding role of virtual social network.

Keywords: social movements, virtual social networks, Sisal identity territory.



Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife, v.15, n. 01, e264882, p. 01-20, 2026.
Universidade Federal de Pernambuco. ISSN 2238-8052.
<https://doi.org/10.51359/2238-8052.2026.264882>

Direitos autorais das pessoas autoras, 2026. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: [Licença Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Internacional - CC BY



1 Introdução

O Território de Identidade do Sisal é um dos territórios de identidade da Bahia, e abrange hodiernamente vinte municípios (Figura 1), é um espaço historicamente marcado pela exclusão social e apropriação desigual das riquezas locais. Em reação a esta estrutura desigual e de superexploração do trabalho, apoiados desde a época da Ditadura Militar pelas Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs) ligadas a Igreja Católica e a Teologia da Libertação, emergiram a partir da sociedade civil organizada, novos atores e atrizes sociais reivindicando seus direitos (Santos, 2010).

Dentre as entidades gestadas por estas atrizes e atores sociais, a pesquisa sintetizada neste artigo estudou três movimentos socioespaciais: Movimento de Mulheres Negras Dandaras do Sisal - MMNDS, Coletivo LGBT Flores do Sisal - CLGBTFS e Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Retirolândia - MMTR. Construídos pela aglutinação de atrizes e atores sociais em torno de um objetivo comum, os referidos movimentos sociais empreendem lutas para garantia dos direitos sociais, principalmente dos grupos sociais historicamente marginalizados e subalternizados, alvos da violência sexista, racismo, homofobia, condições precárias de trabalho, e outros tipos de desigualdade enraizadas na sociedade brasileira, produzidas por um desenvolvimento desigual e combinado fruto do modo de produção capitalista.

Inseridos no contexto hodierno mundial da sociedade em rede (termo cunhado por Manuel Castells, 1999) os movimentos socioespaciais deste recorte espacial propendem a articularem entre si e com outras modalidades associativas, gestando redes sociais não só em escala local, mas, multiescalarmente construindo espaços políticos e articulando-se também no espaço de fluxos da rede mundial de comunicação.

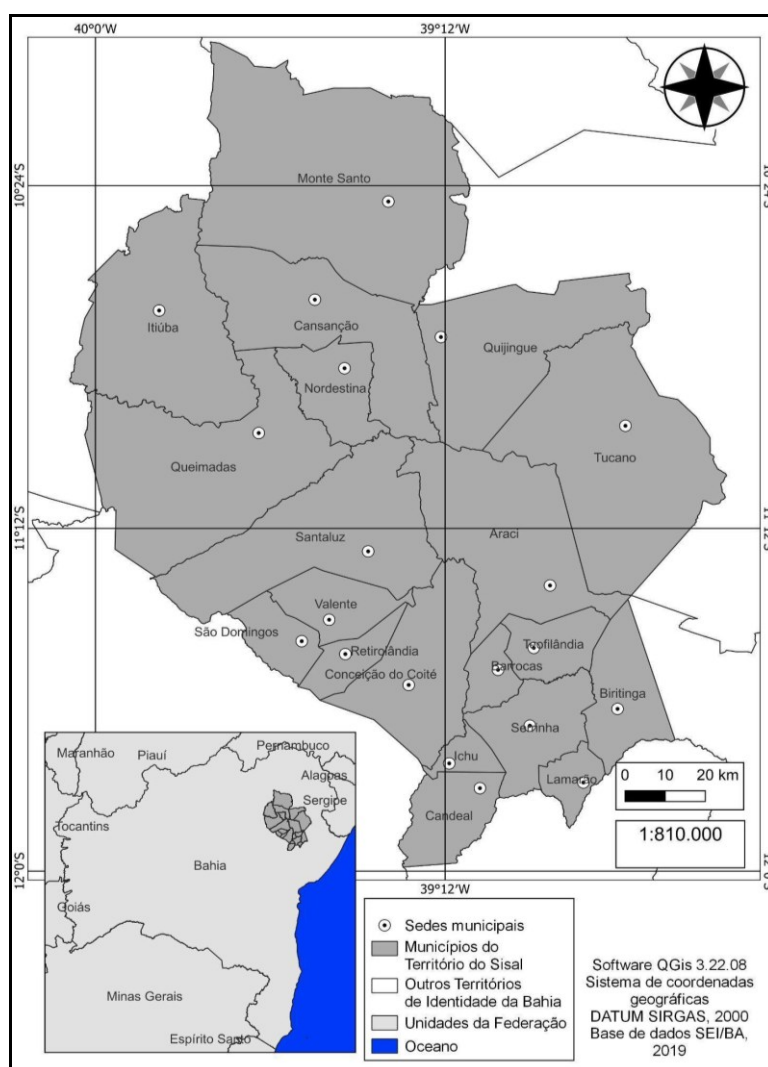
A partir de 2020 o cenário mundial foi abruptamente modificado devido a pandemia do Covid-19, no qual, o isolamento social foi a principal medida recomendada pelas instituições políticas mundiais e de saúde. Nesse cenário, os movimentos socioespaciais que tem enquanto condição necessária para sua existência o espaço e os territórios (Fernandes, 2005), como resistiram a esse contexto da não presença nos espaços materiais ocupados por essas atrizes e atores sociais? Quais foram as contribuições socioespaciais das redes sociais virtuais nessa conjuntura?

A partir destas problemáticas, o objetivo do presente artigo é apresentar a análise realizada sobre o papel das redes sociais virtuais, no contexto da pandemia do Covid-19, para a (re)existência nos espaços políticos virtuais e especialmente não virtuais ocupados e/ou produzidos pelo MMTR, CLGBTFS e MMNDS. Muitos movimentos socioespaciais deste recorte antes da pandemia do Covid-19 atuavam de modo incipiente no espaço de fluxos e foram obrigados a recriar suas formas de

atuação, articulação e comunicação, estendendo os espaços organizacionais e mobilizadores para o espaço de fluxos da rede mundial de comunicação.

Embora já existam estudiosos engajados em pesquisas para a produção de conhecimento sobre a temática dos movimentos socioespaciais, como Fernandes (2005) e Sobreiro Filho (2016), ainda é incipiente os estudos realizados no campo da Geografia, que investiguem o papel das redes sociais virtuais criadas por movimentos socioespaciais na produção e reprodução do espaço geográfico. Ademais, é salutar analisar como isso ocorreu no contexto da pandemia por covid-19 e que obrigou a humanidade a reinventar suas formas de interação social, sendo a rede de comunicação mundial (a internet) uma das, senão a única forma de sociabilidade possível.

Figura 1 – Municípios do Território de Identidade do Sisal – BA



Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, 2019.
Elaboração: Autores, 2024.

Assim, além desta introdução o artigo foi organizado em outras quatro seções, a seção 2 onde foram apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para alcançar os objetivos do estudo. Na sequência, a seção três é subdividida em: I) revisão dos conhecimentos já produzidos acerca dos conceitos centrais da pesquisa: movimentos socioespaciais e redes sociais virtuais; II) discussão do protagonismo dos movimentos socioespaciais no Território de Identidade do Sisal caracterizando os sujeitos do estudo e III) análise da instrumentalidade das redes sociais virtuais para os movimentos socioespaciais no contexto da pandemia. Por fim, as considerações finais sintetizam a compreensão acerca da importância das redes sociais virtuais para os movimentos estudados especialmente na resistência para continuidade dos espaços políticos construídos e ocupados por estes.

2 Procedimentos Metodológicos

Este artigo é fruto de uma pesquisa de iniciação científica concluída em 2022 por pesquisadoras associadas ao Grupo de Pesquisa Tecnologia, Inovação e Sociedade (GPTIS) da Universidade Estadual de Feira de Santana. Assim, por tratar de aspectos sociais que não podem ser quantificados diante das suas especificidades, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, posto que essa, como explica Minayo (2002, p. 21-22) “[...] responde a questões muito particulares [...] corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.”

Desse modo, a pesquisa foi iniciada a partir do aprofundamento teórico-conceitual através de uma minuciosa revisão bibliográfica acerca das categorias chave da pesquisa: desigualdade social, movimentos socioespaciais, redes, redes sociais e redes sociais virtuais, os quais foram sistematizados construindo o referencial teórico.

Logo depois, considerando como universo da pesquisa os movimentos socioespaciais que foram localizados no Território de Identidade do Sisal, para a seleção das entidades investigadas no presente estudo alguns critérios foram utilizados: 1) a presença do combate às desigualdades sociais e garantia dos direitos humanos nos objetivos, missão ou função dos movimentos; 2) a preferência em estudar movimentos socioespaciais ligados a questões identitárias, de gênero e/ou raça; 3) o interesse de realizar uma análise em escala municipal, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Retirolândia - MMTR e a Associação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Santaluz -, a qual foi selecionada pelas pesquisadoras, mas as representantes do movimento optaram por não participar da pesquisa, e em escala territorial (movimentos socioespaciais que atuam em todo território de identidade), Coletivo LGBT Flores do Sisal - CLGBTFS e o Movimentos de Mulheres Negras Dandara

do Sisal - MMNDS.

Posteriormente, através das redes sociais virtuais as pesquisadoras entram em contato com os representantes dos movimentos socioespaciais selecionados, a fim de estabelecer um primeiro diálogo e solicitar autorização para inseri-los na pesquisa. Após isso, avançou para a análise documental de atas, relatórios e dos regimentos internos dessas entidades, a fim de coletar dados e informações que não foram reunidas por meio da pesquisa bibliográfica, possibilitando a caracterização de cada movimento foco do estudo e o contexto no qual o mesmo surgiu e atua. Simultaneamente, foi possível pelas redes sociais virtuais observar eventos promovidos pelos movimentos socioespaciais que fizeram parte da pesquisa.

Após isto, com o propósito de coletar respostas para alcançar o objetivo da pesquisa e sanar dúvidas decorrentes na revisão bibliográfica e documental, optou-se pela realização de entrevistas estruturadas, nas quais foi seguido um roteiro pré-estabelecido sendo o mesmo para todos os movimentos socioespaciais selecionados, a fim de reunir variadas concepções a respeito da instrumentalidade das redes sociais virtuais para as entidades.

As entrevistas foram realizadas com os/as representantes do MMTR, do CLGBTFS e do MMNDS e registradas através de gravações de áudio (pelo smartphone) e transcrições, em conjunto foram realizados registros fotográficos, com a autorização dos participantes. Além, das entrevistas, foram aplicados formulários direcionados aos integrantes dos movimentos socioespaciais, a fim de compreender a forma de utilização e a percepção sobre redes sociais virtuais. Ao final, os dados sistematizados e analisados construíram um relatório cuja sínteses serão apresentadas neste artigo.

3 Marco teórico-conceitual: Movimentos socioespaciais e redes sociais virtuais

Neste artigo, investigamos os movimentos socioespaciais e para compreendê-los é necessário salientar que o espaço geográfico é a totalidade e o produto das relações sociais sobre a natureza, por isso é multidimensional, ou seja, compõem-se de dimensões indissociáveis e completivas (Fernandes, 2005). Assim, o presente estudo considera-se o ciberespaço não um objeto isolado, mas uma dimensão completa do espaço geográfico apropriado pelos atores e atrizes sociais enquanto estratégia de existência e reprodução da vida e do espaço.

Nesse sentido, os movimentos socioespaciais são aqueles que não existem a partir de um território, mas, se especializam, materializando “[...] ações e sua reprodução no espaço geográfico[...]” (Fernandes, 2005, p. 29). Nesse contexto, os movimentos sociais estudados neste artigo são socioespaciais e não socioterritoriais, porque não tem como trunfo o território, mas sim, a conquista e

produção de espaços políticos. Para isso espacializam-se através das ações realizadas, como por exemplo, marchas nas ruas, organização de reuniões, realização de eventos, participação em processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, entre outras estratégias de ação coletiva.

Sob perspectiva semelhante, Sobreiro Filho (2016) explica que o espaço é produtor e produto dos movimentos socioespaciais, visto que, estes últimos, são a expressão das relações espaço-temporais e as ações coletivas desenvolvidas pelos atores e atrizes sociais para que alcancem a transformação da realidade exigem a apropriação e reprodução do espaço. Ao atuar espacializando-se e construindo espaços os movimentos socioespaciais podem formar redes sociais com outras entidades, como os conselhos, fóruns e outras formas de organização social e instituições.

De acordo com Sobreiro Filho (2016), não é possível compreender os fenômenos e processos da realidade atual prescindindo das redes, que nem sempre são virtuais, mas podem ser materiais ou imateriais. Por isso, o referido autor defende, que “[...] a perspectiva analítica e reflexiva embasada nas redes compreende significativo potencial para pensarmos o processo de produção, consumo, organização e transformação não só societal, mas, sobretudo, espacial[...]” (Sobreiro Filho, 2016, p.56).

Considerando a potencialidade da perspectiva analítica e reflexiva embasada nas redes, este estudo, privilegia o papel das redes sociais virtuais, as quais devem ser entendidas enquanto, as articulações criadas e recriadas pelos movimentos sociais nos espaços virtuais e também são as próprias:

[...] plataformas [Facebook, Hi5, Orkut e o Twitter, Zoom, Google Meet, Instagram] para todos os tipos de atividades, não apenas para amigos ou bate-papos pessoais, mas para marketing, e-commerce, educação, criatividade, cultura, distribuição de mídia e entretenimento, aplicações de saúde e, sim, ativismo sociopolítico. Os SNS são espaços vivos que conectam todas as dimensões da vida das pessoas (Castells, 2013 a, p.136).

Assim, Castells (2003) explica que no contexto atual da sociedade em rede a atuação dos movimentos sociais é indissociável as transformações produzidas pelo modo de desenvolvimento informacional e as formas de sociabilidade em rede são amplamente utilizadas devido a “[...] flexibilidade e o poder de comunicação da Internet, [em que] a interação social on-line desempenha crescente papel na organização social como um todo” (Castells, 2003, p.135).

Porém, apesar de os movimentos sociais criarem redes no espaço de fluxos da internet, não prescindem da materialidade, da presencialidade e do contato físico, por isso constroem redes sociais virtuais, mas também produzem os “espaços dos lugares”, ou seja, transcendem o ciberespaço, espacializando as ações do movimento na cidade ou no campo, produzindo o espaço geográfico que possui dimensões completivas e indissociáveis (Castells, 2003).

Desse modo, os movimentos socioespaciais passam a ocupar e utilizar os espaços virtuais, tomando-os como instrumentos de sociabilidade e organização, viabilizados e mediados pela rede

mundial de comunicação, a internet, a qual, assim como os movimentos socioespaciais, não é neutra. Consequentemente, pode gerar efeitos progressistas por viabilizar que atrizes e atores sociais se organizem coletivamente a partir de interesses comuns e uma identidade coletiva desenvolvendo novas formas de participação e sociabilidade, permitindo a exposição de suas demandas e a difusão de informações multiescalarmente. Mas também, pode resultar em exclusão, visto que, o espaço geográfico é um conjunto indissociável de objetos e ações, e a existência de objetos não garante o a realização da ação, ou seja, a utilização de forma plena, intencional e eficiente, dos sistemas de objetos, pelos grupos sociais.

Diante disso, antes de analisar como as redes sociais virtuais são uma forma de sociabilidade e também instrumento de atuação dos movimentos socioespaciais no Território de Identidade do Sisal, é necessário compreender quem são as atrizes e atores sociais que constroem as entidades que fazem parte deste trabalho.

3.1 O protagonismo dos movimentos socioespaciais no Território de Identidade do Sisal: caracterizando os sujeitos da pesquisa

Eu costumo dizer que eu não faço movimento porque eu gosto, muito pelo contrário, dá muito trabalho fazer movimento é cansativo, é chato. Mas eu faço movimento porque eu entendo que existem lutas que são históricas e pessoas que vieram antes da gente, para que a gente conseguisse existir [...] (Representante D do CLGBTFS, 2022).

O depoimento acima é de um dos entrevistados, representante do CLGBTFS, fala que corrobora com os estudos voltados à cognição do protagonismo exercido pelos movimentos socioespaciais no Território de Identidade do Sisal, onde atrizes e atores sociais se organizam coletivamente desde a época da Ditadura Militar.

As lutas e reivindicações empreendidas por esses sujeitos políticos não se findaram ao longo das décadas, mas tornaram-se cíclicas indicando que os movimentos socioespaciais são produto do espaço e do tempo e também como marés em constante luta pela superação da desigualdade e conservação de conquistas (Gohn, 2000). Alguns desses movimentos socioespaciais foram estudados e serão apresentados nas próximas subseções.

3.2 Construir e ocupar espaços para alcançar direitos sociais: o que faz o Movimento de Mulheres Negras Dandara do Sisal – MMNDS?

De modo semelhante à origem do Movimento de Mulheres Negras no Brasil que surge a partir da década de 1970, as atrizes do MMNDS apesar de integrarem outros espaços participativos, como o

Movimento Negro Afro-Jamaica, o Coletivo de Mulheres do Instituto Casa da Cidadania de Serrinha (ICCS) e a Roda das Margaridas (Dias; Santos, 2019), fundaram em 2011 o MMNDS a partir da necessidade não só de dar visibilidade, mas também, atender as demandas e reivindicações específicas das mulheres negras nos municípios do Território de Identidade do Sisal. Segundo uma das representantes o MMNDS é “[...] um movimento sem fins lucrativos que busca pelo bem viver, pelo bem estar da nossa mulher negra [...] contra a violência na educação, no atendimento do médico [...] é o combate ao racismo, ao preconceito” (Representante B do MMNDS, 2022).

De acordo com o relatório das ações desenvolvidas pelo MMNDS (2016), essas atrizes sociais incorporaram no repertório de suas reivindicações o objetivo de subsidiar e analisar a atuação das políticas públicas voltadas às mulheres negras e combater o racismo, sexismo, lesbofobia e outros tipos de desigualdade, violência e opressão que afetam essas atrizes. Além de ocupar espaços políticos, através das ações realizadas pelo movimento, essas atrizes constroem espaços, por meio da participação em audiências públicas, conferências, atos públicos, caminhadas e vigílias, atividades políticas, rodas de conversa, atuação em escolas, ações de prevenção às Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST e outras estratégias que reafirmam o caráter socioespacial do movimento.

O MMNDS assume uma identidade política que vem sendo construída ao longo da história de atuação e a partir da construção e ocupação de espaços políticos, redes vão sendo formadas pelo movimento, como o “Julho das Pretas” que é considerado uma agenda de intervenções adotada pelo Movimento de Mulheres Negras da Bahia junto à outros movimentos sociais, dentre esses o MMNDS. Essa rede e diversas outras ampliam a escala de atuação do MMNDS e possibilitam a criação de espaços em nível territorial e até nacional.

3.3 Coletivo LGBT Flores do Sisal - CLGBTFS: um movimento socioespacial em busca da emancipação humana

O movimento LGBT integra a categoria de movimentos socioespaciais emergentes no Brasil nos anos finais de 1970, gestado a partir da necessidade de incluir e dar visibilidade as demandas de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (Facchini, 2012).

Inserido nesta forma movimentalista está o Coletivo LGBT¹ Flores do Sisal, que apesar de ter emergido na década de 2010, partilha da mesma identidade coletiva gestada no movimento mais amplo. O CLGBTFS é uma organização social sem fins lucrativos regido por um estatuto social interno,

¹ O Coletivo LGBT Flores do Sisal emergiu em 2010 no contexto em que eram considerados apenas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, atualmente a sigla foi ampliada para LGBTQIAP+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queer, intersexos, assexuais, pansexuais e demais orientações).

sediado na cidade de Serrinha (BA), porém atuante em outros municípios do Território do Sisal, ou seja, o movimento desenvolve ações coletivas que transcendem a escala municipal, possibilitando a transversalidade, interseccionalidade e intersetorialidade de sua atuação em nível territorial e a multiescalaridade de suas articulações (CLGBTFS, 2016, 2017).

Unidos em torno de uma identidade coletiva, os atores e atrizes sociais do CLGBTFS geram um conjunto de ações coletivas focalizadas na conquista ou superação de demandas voltadas para luta pela garantia dos direitos humanos, desestigmatização de pessoas denominadas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, superação das desigualdades sociais, intolerância religiosa, e outros tipos de opressão e violência relacionadas ao gênero e raça, através de ações coletivas transversais, interseccionais e intersetoriais, focalizadas por exemplo na formulação/implementação de políticas públicas e fortalecimento e visibilização da cultura LGBT.

O CLGBTFS também dispõe da intersetorialidade expressa na rede de articulação estabelecida com outras entidades, o que possibilita a atuação do movimento nas diversas esferas da sociedade: a) saúde, b) educação, c) trabalho, d) segurança, e) juventude negra, f) racismo institucional, e g) racismo e intolerância religiosa (CLGBTFS, 2016). Percebe-se que, o movimento atua e visa ocupar uma pluralidade de espaços políticos reafirmando o seu caráter político e educativo, apropriando-se das diversas esferas de militância e ativismo dentre esses o espaço de fluxos da rede mundial de comunicação.

3.4 O Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Retirolândia – MMTR e a produção do espaço geográfico como objeto de reivindicação

Com argumenta Sobreiro Filho (2016), os movimentos socioespaciais, não só produzem, mas também são produto do espaço geográfico e o MMTR evidencia a relação intrínseca entre o espaço geográfico e a gestação de um movimento socioespacial. Visto que, a região Nordeste foi o lócus da emergência dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, devido as condições climáticas que geraram na região, severas estiagens entre os anos de 1979 a 1984, associado a questões que envolviam as mulheres rurais como: a necessidade de ampliação da participação feminina no sindicalismo rural e a garantia dos direitos trabalhistas e previdenciários; a falta de reconhecimento da mulher como atriz política e a busca pela igualdade de gênero (Vieira, 2017).

Nessa perspectiva, mulheres do município baiano de Retirolândia, ao reconhecerem a necessidade de reivindicar os seus direitos enquanto mulheres rurais e de se inserirem nos espaços de decisão em busca de visibilidade, autonomia, empoderamento e assistência por meio das políticas

públicas, fundaram na década de 1990 o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Retirolândia (MMTR de Retirolândia) (MMTR, 2001).

Formado inicialmente por mulheres agricultoras pertencentes às comunidades rurais do município, o MMTR de Retirolândia é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, regido por um estatuto social, o qual foi reformulado em 2004 frente à urgência de ampliar as demandas do movimento apresentadas por novas atrizes sociais. Em sua gênese o MMTR de Retirolândia portava a identidade coletiva e tinha seu conjunto de ações coletivas motivado por demandas de mulheres agricultoras rurais, contudo, ao longo da atuação do MMTR de Retirolândia, carências expressas pelas mulheres da cidade passaram a ser incorporadas pelo movimento, o qual passou a ser denominado Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Retirolândia - MMTR (MMTR, 2001).

Visando a superação das extremas desigualdades socioculturais, combater a violência contra a mulher, promover a visibilização, fortalecimento e emancipação das mulheres retirolandenses (MMTR, 2001) o movimento possui uma auto-organização política, econômica, cultural e social, atua por meio de cursos, encontros e seminários, ampliando os espaços de atuação das mulheres, conferindo visibilidade às suas demandas e reivindicações amplas ou específicas e possibilitando a autonomia e empoderamento dessas mulheres.

O MMTR visa a transformação das relações sociais penetradas pelo machismo, pela violência sexista, por desigualdades de gênero e outras opressões que afetem as mulheres, assim, o caráter intersetorial, político e educativo do movimento, é também expresso na sua atuação em rodas de conversa, congressos, conferências em eventos como o “16 dias de ativismo pela vida e contra a violência a mulheres e meninas” que é desenvolvido em conjunto com outras organizações sociais (MMTR, 2001; Silva Neto, 2020).

A partir disso, redes vão sendo construídas ao longo da atuação do MMTR, entre organizações sociais, instituições públicas e privadas e com outros movimentos socioespaciais e/ou socioterritoriais, reinventando estratégias para o alcance dos direitos das mulheres. Contudo é importante ter um olhar crítico para as redes sociais que se constroem e os processos dialéticos engendrados por essas, o que será tratado na próxima seção.

3.5 O papel das redes sociais virtuais na (re) existência dos espaços políticos ocupados e produzidos pelo MMNDS, CLGBTFS e MMTR

[...] o sistema opressor sempre se apoderou desse lugar virtual, e a gente estava de fora desse lugar, e a pandemia nos apresentou esse lugar, enquanto lugar possível para construir as lutas e aí a gente tá se apoderando, esse é um lugar que a gente deve continuar, que a gente deve permanecer, no sentido de acessar outros lugares que a presencialidade não nos garante [...]
(Representante C do CLGBTFS, 2022).

Esse depoimento, feito por um dos representantes do CLGBTFS, é marcante porque sinaliza a apropriação não plena do sistema de objetos, nesse caso, da rede mundial de comunicação, pelos grupos sociais subalternizados, o que é resultado da lógica de exclusão e desigualdade produzidas pelos interesses dos agentes dominantes que direcionam quais grupos sociais, territórios e objetos serão incluídos ou excluídos na lógica das redes (Castells, 2013b).

Contudo, este direcionamento não é determinante uma vez que, grupos de atrizes e atores sociais como os movimentos socioespaciais estudados lutam e desenvolvem estratégias para promover a desmonopolização e horizontalização do sistema de objetos, no caso da rede de comunicação mundial as estratégias foram aprofundadas no contexto da pandemia diante do seu papel na continuidade das formas de sociabilidade.

Por isso, o objetivo deste tópico é apresentar os problemas e possibilidades promovidos pela rede de comunicação mundial com ênfase nas redes sociais virtuais apropriadas e construídas pelo MMNDS, CLGBTFS e MMTR especialmente durante a pandemia, analisando o papel dessas redes para (re) existência dos espaços políticos ocupados e produzidos pelos movimentos socioespaciais investigados.

Observando a atuação do MMNDS, do CLGBTFS e do MMTR identificamos que a construção de redes sociais e redes de movimentos socioespaciais são para essas entidades, condição, meio e produto para a (re) existência, articulação, ação e ocupação/produção de espaços políticos. Sobre a rede de comunicação mundial, o MMTR antes do contexto da pandemia do covid-19, utilizava de modo incipiente apenas grupos de mensagem no Whatsapp, sobre tal fato é evidência que, as representantes entrevistadas revelaram não ter prática para o manuseio de outros meios como o Instagram e o Facebook. Já o CLGBTFS e o MMNDS que emergiram a partir da década de 2010, já utilizavam mais de um meio da rede mundial de comunicação, como o Facebook, Whatsapp e o Instagram antes do ano de 2020.

Diante disso, os espaços virtuais, mesmo que de modo incipiente, antes do contexto de 2020 já eram utilizados, mas durante a pandemia do covid-19 tornaram-se os principais meios de sociabilidade através dos quais os movimentos socioespaciais passaram a desenvolver ações antes desenvolvidas exclusivamente no espaço presencial, como realização de reuniões e eventos. O MMNDS, CLGBTFS e MMTR passaram a utilizar os espaços virtuais para compensar as distâncias espaciais, como explica representantes dos três movimentos socioespaciais estudados:

Foi difícil para nós, não estávamos podendo sair de casa, não podíamos ir até as mulheres, e aí fomos fazendo live, encontros, tudo pelas redes sociais [...] (Representante A do MMNDS, 2022).

Durante a pandemia, quando a gente não podia ir para rua, o movimento acontecia dentro de eventos virtuais, nas redes sociais, no instagram, no facebook, no youtube (Representante D do

CLGBTFS, 2022).

Nesses dois últimos anos [2020 e 2021] a gente usou muito essa questão dos aplicativos, a gente usou o Google Meet, o Zoom, porque a gente fez muitas reuniões online[...] (Representante F do MMTR, 2022).

A articulação, diálogo e atuação sem a necessidade de deslocamento foi a principal possibilidade oferecida pelas redes sociais virtuais para os movimentos socioespaciais estudados, assim, apesar de não ocuparem os espaços materiais conquistados e construídos anteriormente, as redes sociais virtuais garantiram a não dissolução dos laços, das redes e dos espaços políticos construídos pelas entidades investigadas.

Diante disso, os espaços virtuais viabilizaram a reunião das atrizes e atores sociais do MMNDS, CLGBTFS e MMTR, tornando encontros, reuniões, debates, eventos entre outras atividades possíveis e acessíveis às pessoas que não podiam estar juntas presencialmente assegurando aos movimentos socioespaciais e as redes sociais construídas continuarem existindo e mobilizando pessoas em torno de demandas comuns como explica a representante B do MMNDS (2022):

[...] a rede social faz esse papel de levar até aquela mulher, então eu acho importante, a Rede de Mulher Negra da Bahia [...] elas fazem palestra, pelo meet, elas fazem reuniões e tem a rede [sites de redes sociais virtuais], joga na página, pessoas que estão lá fora como eu que tô aqui, não tô participando, eu tô assistindo e sabendo o que está acontecendo lá fora, porque não são todas que pode estar no espaço, e a rede social leva até o espaço, tem essa questão de estar gravado você não pode hoje mas amanhã ela está ali, você vai escutar, você vai ouvir, é um papel muito importante (Representante do MMNDS B, 2022).

Ao explicar que “[...] não são todas que pode estar no espaço, e a rede social leva até o espaço[...]” a representante do MMNDS reafirma a ideia defendida por Fernandes (2005) sobre a totalidade do espaço geográfico, visto que, os espaços virtuais ocupados pelas atrizes sociais do movimento não são objetos isolados, mas, uma dimensão completa de uma totalidade.

Nesse sentido, as atrizes e atores sociais dos movimentos socioespaciais passaram a ocupar os espaços da rede mundial de comunicação, resistindo ao apagamento e silenciamento que a pandemia através do isolamento social geraria. Um dos espaços ocupados pelos movimentos foram as plataformas de videoconferência utilizadas para realizar reuniões, encontros, tal qual exemplificam, eventos como a Mostra de Cultura e Arte realizada pelo CLGBTFS no ano de 2021 de forma híbrida com programações presenciais e virtuais, através do Instagram, Youtube, Google Meet e Zoom.

A criação das redes sociais virtuais contribuiu para a continuidade e fortalecimento das redes criadas antes da pandemia do covid-19. Esse fator representou o principal benefício da rede de comunicação mundial, impedir a dissolução dos espaços políticos ocupados/construídos e das articulações entre os movimentos socioespaciais existentes antes do contexto da pandemia, como por exemplo o Fórum de Juventude Preta Baiana, que o CLGBTFS faz parte, o qual aconteceu pela primeira vez em 2018 e sua ocorrência em 2021 foi viabilizada pelas redes sociais virtuais

(Representante D do CLGBTFS, 2022).

Assim, o aprofundamento do uso da rede de comunicação mundial continuou possibilitando a criação de redes sociais virtuais e a difusão da informação e do conhecimento, e as publicações feitas pelos movimentos socioespaciais nos espaços virtuais foram uma das formas de atuação, promovendo visibilidade e reconhecimento das entidades, em escala global. Visto que, as postagens realizadas pelo MMTR, CLGBTFS e MMNDS chegaram à outros movimentos socioespaciais, outras formas de associativismo, instituições e organizações que estavam inseridos nos espaços virtuais, inspirando a ação de outras entidades e atrizes/atores sociais e criando redes de movimentos socioespaciais, como por exemplo, a inserção do MMNDS na Rede de Mulheres Negras da Bahia, articulação em rede que surgiu no espaço virtual e foi ampliada para o espaço presencial:

[...] através delas [redes sociais virtuais] muitos outros órgãos buscam interagir conosco, e aí as ações se expandem, e assim inclui um outro movimento. O Dandaras no caso [MMNDS] [...] conheceu a Rede de Mulheres Negras da Bahia, que aderiu a nossa causa, que descobriu que a gente fazia um trabalho aqui no município e levou a gente para o estado. A gente tava aqui no nosso cantinho do território e a Rede de Mulheres descobriu, chegou junto, veio de Salvador, pegou a gente levou para Brasília, para a Marcha de Mulheres Negras, que teve grande dimensão e nós estávamos lá, as mulheres da rede [Rede de Mulheres Negras da Bahia], e mulheres de outros movimentos que quiseram participar da marcha (Representante do MMNDS B, 2022).

A criação de novas redes através dos espaços virtuais e que, posteriormente, tornaram-se redes de movimentos socioespaciais que ocupam espaços presenciais, revela que a rede de comunicação mundial contribuiu para a produção e reprodução das relações sociais no espaço. Assim, o presente estudo revelou que as redes sociais virtuais não só contribuíram para o intercâmbio de experiências bem sucedidas, mas principalmente fortaleceu, uniu, ampliou e facilitou a organização de atrizes e atores que lutavam por determinadas demandas, forçando os poderes governamentais a fazer valerem leis e políticas públicas já existentes, desenvolverem novas políticas públicas ou empreenderem outros mecanismos para a superação da desigualdade e conquista dos direitos humanos e a produção de um espaço menos desigual e excludente.

As possibilidades oferecidas pela rede de comunicação mundial se complementam e inter-relacionam, outra possibilidade é a transmissão de informações e difusão/construção do conhecimento, ao utilizar como objeto intencional de atuação e articulação e criar redes sociais virtuais a troca de informação já está ocorrendo. No âmbito dos três movimentos socioespaciais estudados identificou-se que as redes sociais virtuais são meios de difusão de informações, tanto de organização do movimento como agendar reuniões, encontros, quanto de interesse amplo para além da organização movimentalista como a realização de lives com a participação de psicólogas, professoras, administradoras, entre outras profissionais, onde falam sobre temas associados a questões sociais pautadas pelos movimentos socioespaciais, contribuindo para a informação e a construção do conhecimento de atrizes e atores

sociais, como explica a representante B do MMNDS:

[...]a gente divulga nosso trabalho [...] Porque as pessoas que estão lá fora que acessam a rede muitas vezes tá passando por agressão e aquela temática que está sendo tratada ali, ela passa em casa [...] Pelo instagram no período da pandemia puxamos várias lives, falando de questões, convidamos pessoas da rede, pessoas de fora, e a gente não parou com a pandemia (Representante B do MMNDS, 2022).

Para mais, além de enfraquecer o acesso vertical das tecnologias da informação, a rede de comunicação mundial, especialmente as redes sociais virtuais utilizadas pelos movimentos socioespaciais promovem a transmissão de informações menos manipuladas e ideologizadas, diferente das grandes emissoras e empresas de propaganda e marketing as quais tratam a informação como uma mercadoria.

Diante disso, identificamos que uma das ações dos movimentos socioespaciais estudados é a difusão das informações e de conhecimentos necessários para emancipação das pessoas, assim como sobre acontecimentos importantes que ocorrem no lugar de vivência cotidiana dessas pessoas, tal qual soma-se o debate e construção de ideias e ações sobre o contexto social, político e econômico no qual os atores e atrizes sociais estão inseridos, por exemplo, através de cursos de formação política para conscientização de que os espaços políticos devem ser ocupados por todos os grupos sociais.

Durante a realização da pesquisa foi possível observar um espaço político produzido pelo CLGBFS, que foi a Mostra de Cultura e Arte realizada pelo movimento social no ano de 2022, com auxílio da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Devido às restrições ainda impostas pela pandemia e o objetivo de incluir pessoas de diferentes lugares o CLGBTFS realizou o evento de forma híbrida, ou seja, presencial e virtualmente. Essa verificação inova a forma de atuação do movimento, o evento teve como escopo por em discussão temas relacionados a políticas públicas de gênero e expor o “[...] o contexto político e social que havia dentro [das] manifestações artísticas, através da música, através da arte, através da dança [...]” (Representante D do CLGBTFS, 2022).

Acima citamos um exemplo do CLGBTFS, mas ações como esta foram realizadas pelos outros movimentos como a roda de conversa com o tema “Mulher: como o amor próprio pode te libertar?” realizada pelo MMTR de forma híbrida (virtual e presencial) em 2022 e a 10ª edição (2022) do Julho das Pretas, evento realizado virtualmente por uma rede de movimentos socioespaciais da qual o MMNDS integrou.

Assim o MMNDS, o CLGBTFS e o MMTR através da rede de comunicação mundial criaram outras formas de ação coletiva, e de redes sociais, à medida que fortaleceram as redes sociais já criadas, difundiram informações e construíram conhecimento caminhando para o que Santos (2001) considera como outros usos possíveis das técnicas atuais, usos estes guiados pelo propósito da emancipação social.

Diante disso, durante a pandemia, as redes sociais virtuais representaram para os movimentos socioespaciais uma estratégia de (re)existência porque contribuíram para a continuidade destes. Em função do que dialogamos nesse texto, entende-se que sem as formas de sociabilidade das redes sociais virtuais os movimentos socioespaciais teriam enfraquecido sua atuação ou diluído. As possibilidades garantidas pelas redes sociais virtuais, de atuação em novos espaços, fortalecimento das redes sociais, ampliação dos atores e atrizes sociais, criação de novas redes sociais de movimentos socioespaciais, transmissão de informações e difusão de conhecimentos, ocorriam antes de 2020, mas apenas no contexto da pandemia foram aprofundadas devido à necessidade do isolamento físico, tornando a rede de comunicação uma forma de sociabilidade.

Porém, estas redes não foram criadas para atender a interesses sociais e de superação da desigualdade, ao contrário, são resultado de relações desiguais de poder e criadas para processar fluxos de informações direcionadas e verticalizadas (Castells, 2013b). Por isso, quando apropriados por grupos sociais subalternizados, as redes sociais virtuais expõem problemas e obstáculos. Diante disso, evidenciaremos problemas que consideramos os principais gerados pelas redes de comunicação virtual à atuação dos movimentos socioespaciais durante a pandemia do covid-19.

Enquanto problemas, consideramos as relações de exclusão e desorientação que são evidenciadas e potencializadas através do uso desigual das tecnologias da informação e comunicação e a falta de habilidade na utilização da rede de comunicação mundial, que é um obstáculo para o uso eficiente das redes sociais virtuais. Uma das representantes do MMTR evidencia esta última questão: [...]temos o Instagram que a gente utiliza, mas eu mesma não sei postar nada [...] eu tô aprendendo, mas eu não sei mexer para colocar as coisas, no Facebook, no Instagram, eu não tenho prática para isso (Representante F, 2022). A referida representante evidencia que isso dificulta a utilização da rede de comunicação mundial no âmbito das ações dos movimentos socioespaciais e emerge de diversas questões.

No caso do MMTR, uma das questões limitantes do uso das redes sociais virtuais é a faixa etária da maior parte das atrizes sociais do movimento, algumas possuem idade superior a 50 anos e por muito tempo estiveram inseridas em um contexto em que o modelo de comunicação predominante não era por meio da internet como atenta Castells (2013b) o qual considera a faixa etária um dos fatores que influenciam o maior uso ou não da rede de comunicação mundial. A falta de prática na utilização das redes de comunicação virtual se dá ainda pela ausência de conhecimento da linguagem da informática, o que identificamos pela importância dada pelos representantes dos movimentos socioespaciais aos cursos formativos para a produção de materiais como cards, ou até mesmo para gestão dessas redes.

A difusão desigual e intencional de informação e conhecimentos é também um dos problemas

apresentados pelas redes sociais virtuais, o principal especialmente em sociedades governadas por projetos neoliberais, porque “[...] no neoliberalismo, fenômenos como o das fake news passaram a ocupar um papel fundamental na organização política e social. A vitória eleitoral de líderes políticos autoritários e neoliberais é prova disso” (Salgado, 2023, p.46).

O modelo de sociedade neoliberal defendido por entidades como o Movimento Brasil Livre - MBL, atuam através de redes sociais virtuais moldando os algoritmos com o objetivo de promover a “idiotização” das pessoas por meio de informações simplificadas que mais desinformam do que informam. Assim, os movimentos socioespaciais progressistas devem atuar contra essa maré, na posição de desvelar interesses dominantes existentes por trás das informações ideologizadas e manipuladas as quais têm sido difundidas sistematicamente nos espaços virtuais e publicar informações e conhecimentos capazes de evidenciar e superar as causas reais dos problemas sociais (Salgado, 2023).

Estreitamente associada à desinformação está a exclusão, determinadas atrizes, atores sociais e territórios na lógica de integração na rede de comunicação mundial são excluídos devido ao caráter excludente das redes. Os representantes do CLGBT explicaram que a comunidade LGBT ainda é estigmatizada e excluída dos espaços políticos fruto da violência de gênero, do acesso limitado à escola, à universidade, ao mercado de trabalho. Essa desigualdade é espelhada na relação dessas pessoas com a rede de comunicação mundial, haja vista que uma parcela dos associados ao movimento, principalmente os que residem na zona rural possuem acesso limitado à rede de comunicação mundial por não poder pagar pelo acesso à banda larga, outro fato é não possuírem conhecimento do uso desses mecanismos e a exclusão dessas pessoas algo que foi potencializado durante a pandemia, como menciona um dos sujeitos do estudo:

[...] essa questão da acessibilidade ela persiste, porque por exemplo, as pessoas que faziam parte do movimento [CLGBTFS] e que estavam inseridos na zona rural que não tinham acesso, deixaram de participar, então a rede social [redes sociais virtuais] potencializou a comunicação, mas também, deixou em maior vulnerabilidade as pessoas que não tem acesso a rede social, e às vezes a gente não conseguia até dialogar com essas pessoas para saber das necessidades delas, até porque elas estavam isoladas, elas não tem um celular para participar, algumas pessoas vinham para minha casa ou para casa de outros integrantes para poder participar da live, para opinar, alguma coisa do tipo [...] (Representante D do CLGBTFS, 2022).

Essas realidades corroboram com a explicação de Castells (2013b) de que apesar da evolução constante das tecnologias da informação existe um fosso digital resultado das relações de poder subjacentes a evolução das redes de comunicação, as quais cada vez mais são moldadas pelos interesses empresariais ao ponto que transforma a comunicação em objeto de consumo.

Em virtude de ser resultado de relações de poder o acesso à rede de comunicação virtual espelha a desigualdade social “[...] e as lacunas educativas quanto a capacidade de impelir uma cultura digital tendem a reproduzir e a ampliar as estruturas de dominação social por classe, etnia, raça, idade e

sexo entre países e dentro de cada país (Castells, 2013b, p.100), como evidenciou o CLGBTFS.

Por fim, não sendo um problema mas um elemento que precisa de cuidado e que os movimentos socioespaciais chamam a atenção é para a-espacialidade das redes sociais virtuais, apesar de reunir pessoas em tempo real sem a necessidade de deslocamento espacial, a construção e resistência de um movimento socioespacial não prescinde do contato físico, do afeto, da conversa, da solidariedade, da escuta, da representação e ocupação de grupos sociais e identidades em espaços políticos como os sindicatos, os conselhos, os fóruns públicos e as instituições governamentais, ou seja, os movimentos socioespaciais se alimentam do espaço geográfico.

A Mostra de Cultura e Arte realizada pelo CLGBTFS foi um claro exemplo de que um movimento socioespacial só alcança suas reivindicações estando presentes no espaço público, das ruas, dos sindicatos, nos espaços de decisão política. As redes sociais virtuais nesse contexto significam e significaram durante a pandemia a forma de sociabilidade que garantiu a (re) existência dos movimentos contra seu enfraquecimento ou dissolução. Por outro aspecto, as redes sociais virtuais também se mostraram como meios de atuação, organização e articulações tendo como fim o fortalecimento e a visibilidade dos movimentos socioespaciais nos espaços políticos virtuais e sobretudo para suas consolidações no espaço presencial.

Considerações finais

Esta pesquisa buscou revelar a mudança do significado e do papel das redes sociais virtuais para o Movimento de Mulheres Negras Dandara do Sisal, o Coletivo LGBT Flores do Sisal e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Retirolândia, devido ao contexto da pandemia do covid-19. Nas décadas anteriores à 2020 a rede de comunicação mundial era utilizada de modo incipiente pelos movimentos socioespaciais estudados, apenas para dá-los visibilidade, através de publicações nas redes sociais virtuais e promover a comunicação entre os representantes e associadas(os).

No contexto pandêmico a sociabilidade em redes sociais virtuais tornou-se fundamental como instrumento de (re) existência dos movimentos socioespaciais que apesar de não estarem presencialmente nos espaços públicos como nos conselhos, fóruns, instâncias governamentais, levou as atrizes e atores sociais a continuarem participando destes espaços através das interações, reuniões, encontros, eventos nas redes sociais virtuais entre outras formas.

O aprofundamento no uso da rede mundial de comunicação durante a pandemia resultou na identificação da instrumentalidade das redes sociais virtuais para o fortalecimento dos movimentos socioespaciais, como i) a criação de novas redes sociais, ii) articulação que transcende as contiguidades

espaciais possibilitando a manutenção e fortalecimento das rede sociais já construídas pelos movimento sociais, iii) atuação, por significar espaços de interação virtual e iv) organização, viabilizada pela comunicação.

As redes sociais virtuais também possibilitaram a ampliação do conhecimento sobre os instrumentos tecnológicos e dos meios de difusão de informações na sociedade atual. Através dessas redes os movimentos socioespaciais resistiram à dissolução e ao enfraquecimento e co-existiram em novos espaços. Para além, ao utilizar a rede de comunicação mundial através de objetivos progressistas e emancipatórios tem se contribuído para a construção de uma outra globalização através de outros usos possíveis da rede de comunicação mundial, não sendo aqueles produzidos pelos grupos hegemônicos e dominantes da sociedade atual como defende Santos (2001).

Diante disso, problemas e possibilidades identificados evidenciaram o caráter social da rede mundial de comunicação, para os quais as redes não são neutras e sim criadas por grupos de pessoas para objetivos determinados sendo sociais e políticas em sua essência, para além disso, excluem ou incluem territórios, pessoas e objetos de acordo com as necessidades daqueles que as estruturam. Ainda assim, reconhecendo o potencial articulador dessas redes sociais construídas em espaços virtuais, as atrizes e os atores sociais do MMNDS, do CLGBTFS e do MMTR resistem nesse espaço de fluxos, na luta por múltiplos propósitos, os quais estão associados às carências desse grupos identitários, situando suas ações coletivas no contexto da libertação e emancipação das mulheres negras, das mulheres trabalhadoras rurais, dos indivíduos inseridos na comunidade LGBT e de outras pessoas em situação de exclusão e opressão.

Referências

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet**: Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. [S. l.]: Zahar, 2003, 244 p. ISBN 978-85-378-1480-2.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo, SP: Terra e Paz. v.1, 6. ed. rev, 1999, 700 p. ISBN 85-219-0329-4.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança**: Movimentos Sociais na Era da Internet. [S. l.]: Zahar, 2. ed. rev. e atual, 2013a, 296 p. ISBN 8537815934.

CASTELLS, M. **O poder da comunicação**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013b, 339p.

CLGBTFS – Coletivo LGBT Flores do Sisal. **Estatuto social do Coletivo LGBT Flores do Sisal Serrinha - BA**: CLGBTFS, 2017, 6p.

CLGBTFS – Coletivo LGBT Flores do Sisal. **Relatório das ações 2015 e 2016**. Serrinha - BA:

CLGBTFS, 2016, 31p.

DIAS, Acácia Batista; SANTOS, Vitoria Carmo dos. Dandara do Sisal em movimento contra o racismo: Serrinha/BA. **Latitude**, Alagoas, v. 13 (1), p. 105-131, 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/9607/pdf>. Acesso em: 1 mar. 2022.

FACCHINI, R. Entre compassos e descompassos: um olhar para o "campo" e para a "arena" do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas - Estudos gays**: gêneros e sexualidades, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, v. 3 (4), 2012, p.131-158. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2300>. Acesso em: 26 mar. 2022.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, SP, ano 8 (6), p. 14 - 34, 2005. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460>. Acesso em: 30 out. 2021.

GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Revista Mediações**, Londrina, v. 5 (1), p. 11-40, 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Maria-DaGohn/publication/314375096_500_anos_de_lutas_sociais_no_Brasil_movimentos_sociais_ONGs_e_terceiro_setor/links/5ff5c396299bf14088757fcc/500-anos-de-lutas-sociais-noBrasil-movimentos-sociais-ONGs-e-terceiro-setor.pdf. Acesso em: 18 ago. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RG: Vozes. 21. ed. 2002, p. 09-29. ISBN 85.326.1145-1.

MMNDS - Movimento de Mulheres Negras Dandaras do Sisal. **Histórico do Movimento de Mulheres Negras Dandaras do Sisal**. Serrinha – BA: 2016, 2p.

MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Retirolândia. **Ata de Assembleia Geral Ordinária do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Retirolândia**. Retirolândia - BA: 2002.

MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Retirolândia. **Ata de fundação, eleição e posse do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Retirolândia** - MMTR de Retirolândia. Retirolândia - BA: 2002.

SALGADO, T. S. Um perfil do neoliberalismo: características e análise crítica. **Revista de Economia Política e História Econômica**, v. 18, p. 47, 2023.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 6ed. 2001.

SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro. **Associativismo e desenvolvimento**: o caso da região sisaleira da Bahia. Feira de Santana, Ba: UEFS Editora, 2010. 215 p. ISBN 9788599799086.

SILVA NETTO, João Francisco da. **Da invisibilidade à emancipação**: construção política do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Retirolândia/ BA. Orientador: Onildo Araújo da

Silva. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2020, 91p.

SOBREIRO FILHO, José. Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e contentious politics: produção do espaço, redes e lógica-racionalidade espaço-temporal no Brasil e Argentina. 2016.

VIEIRA, Iasmim de Araujo. **"A Estrada da Sabedoria"**: a produção de conhecimento no interior do movimento da mulher trabalhadora rural do Nordeste (MMTR/NE). Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. 2017, 197 p. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1632718>. Acesso em: 26 mar. 2024.